



IV SIMPÓSIO LUSOBRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA

Níveis de representação cartográfica de Portugal entre os séculos XVIII-XIX correspondentes ao projecto de influência fisiocrata – território e cidade

Rui Tavares - rtavares@arq.up.pt;

cartografia urbana, cartografia portuária , território, cidade, Portugal

Esta comunicação pretende revelar uma base de investigação e interpretação de fontes da cartografia histórica, portuguesas e brasileiras, produzidas nos séculos XVIII e XIX, concretamente no período Mariano, centrada na realidade urbana do território nacional. Essa investigação esteve integrada em estudos doutorais, relacionados com planos e projectos de desenvolvimento territorial e urbano em Portugal, na viragem dos séculos XVIII-XIX, mais concretamente no período correspondente a toda influência das ideias fisiocratas francesas que domina a unidade política da governação pós-pombalina. Esse Ideário revelar-se-à extremamente importante já que orienta todas as bases políticas e culturais nas quais assenta o desígnio português de desenvolvimento económico interno, baseado na exploração dos recursos próprios e na livre circulação dos produtos. Ideário esse que foi alimentado e impulsionado por enquadramentos ideológicos, filosóficos e económicos, com base em reconhecimentos e levantamentos estatísticos e territoriais, implementados no seio da Academia Real das Ciências de Lisboa, fundada em 24 de Dezembro de 1779, e por ela publicados nas suas Memórias. Fundação que ocorre dois anos após a subida ao trono de D. Maria (morte de D. José a 24 de Fevereiro de 1777) e que, sobretudo, motivou uma substancial alteração na composição do ministério, que inevitavelmente decorreu do afastamento do marquês de Pombal. Uma sucessão de factos irão, então, marcar uma nova conjuntura política que, sem dúvida, parece apontar para a abertura de um novo alinhamento operativo que procura mais as vertentes de um quadro político próximo do pensamento fisiocrático, isto se avaliarmos os factos relativos às políticas com incidência no território e nos sectores-base ao seu desenvolvimento. Assim, ainda no ano de 1777 e durante a década de 80 de setecentos, assiste-se a uma convergência de actos políticos e culturais, todos com um particular enfoque nas vertentes económicas e sociais que sustentam um desenvolvimento produtivo na articulação territorial, com uma significativa operatividade transformadora do espaço continental português, colocando a tónica nos recursos naturais e seus derivados cuja produtividade e circulação se procura «promover», «despertar», «aumentar», avaliando as



IV SIMPÓSIO LUSOBRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA



«causas da perda» que deveriam ser corrigidas em procedimento técnico e reflexão teórica. Estas duas coordenadas estarão presentes nos esforços para se reconhecer fisicamente o território nacional, avaliar e melhorar as suas capacidades produtivas, organizar e estruturar as vias físicas para uma adequada circulação de pessoas e, sobretudo, de bens produtivos. Essa circulação interna haveria de fomentar e sustentar um desenvolvimento interno, pondo em articulação fácil e permanente as diversas unidades de organização e fixação populacional do território, entre o interior norte / sul e poente atlântico, com uma incontornável e tão adequada quanto imprescindível articulação com o exterior. Daí que seja fundamental o conhecimento físico e registo cartográfico que se adequem às linhas estratégicas seguidas para essas articulações e estruturas de circulação interna e relação com o exterior, que deveriam dar expressão a um plano de reestruturação do espaço e dos equipamentos, das principais cidades portuárias, mesmo que possa tornar-se bem evidente uma adequada hierarquia na definição do grau de reforma e da prioridade. Uma coisa se pode revelar: estamos em presença de um plano de reforma do espaço urbano e do território que procura dotar Portugal de infraestruturas que sustentem um desenvolvimento económico não concentrado, ou nem sequer especializado, que se organiza pelo território de forma mais livre do que a anterior conjuntura política, e que poderíamos mesmo reconhecer como anunciadora de uma abertura de cariz mais liberal, tendo em conta que algumas intenções se prolongam mesmo pelo século XIX, já no período Joanino.

Certo é que essa conjuntura, enquadrada pelos princípios fisiocratas, determinou uma sequência de trabalhos cartográficos como base para sustentar todo o projecto de adequação do país à livre circulação, cujos níveis podemos reconhecer entre os levantamentos territoriais, os levantamentos urbanos, os projectos de equipamento e reordenamento das linhas de frente aquática das cidades (marítima ou fluvial), os projectos de abertura e equipamento das principais barras marítimas dos portos de Portugal, os projectos de construção e abertura de canais navegáveis dos principais rios que abrem esses portos continentais atlânticos, os projectos de construção de vias internas que, em articulação com essas linhas de circulação navegáveis ao interior, desenham uma primeira malha de estruturação territorial de intenção projectual e programática.

É esta base de projecto que nesta comunicação se pretende expôr, salientando os diversos níveis de representação cartográfica de Portugal, que nela se podem reconhecer, como praticamente fundacionais de uma linha de conhecimento e de representação das características físicas do território, nas escalas que permitem equacionar os diversos projectos de transformação e reforma dos espaços urbanos portugueses, salientando a especificidade de dois casos concretos : das cidades de Porto e de Aveiro.